

De “produtos” a “protetores” para contenção do fluxo: da mercantilização ocidentalizante à dignidade menstrual

From “products” to “protectors” to contain the flow: from westernized commodification to menstrual dignity

Caroline Luiza Willig¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6133-4835>

Saraí Patrícia Schmidt²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8795-3100>

[**resumo**] O presente texto tem como objetos de estudo as ferramentas de contenção do fluxo menstrual na sociedade ocidental moderna. “Produtos” e “protetores” menstruais estão circulando com mais evidência desde a popularização do absorvente descartável, após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo na última década, com a ênfase dos movimentos feministas tensionados pelas pressões mercadológicas que pautam a necessidade de “produtos” e “protetores menstruais” para promoção da dignidade menstrual. Propõe-se a tecer uma análise interseccional por meio da cartografia de ferramentas para contenção do fluxo, bem como pistas para refletir sobre o processo histórico da universalização das menstruações aos moldes ocidentais modernos, diante da diversidade de culturas, gêneros, corpos, tempos e espaços. Dialoga sobre a necessidade de se avançar na temática no que tange aos Direitos Humanos de menstruan-tes em territórios brasileiros e ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentados pela Organização das Nações Unidas e aderidos pelo Brasil (2021).

[**palavras-chave**] **Produtos menstruais. Protetores menstruais. Mercantilização. Dignidade menstrual.**

¹ Jornalista e licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas. Mestra (2021) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale. Doutoranda-sanduiche na Universidad Pedagógica Nacional Un. 171 Cuernavaca, México (PDSE/CAPES). Integrante do Grupo Criança na Mídia (Universidade Feevale), Onda Vermelha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Vazantes (Independente). carol.willig@gmail.com.

² Jornalista com Doutorado (2006) e Mestrado (1999) em Educação na linha dos Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente dos Programas de Pós-Graduação Processos e Manifestações Culturais e Inclusão Social e Diversidade Cultural da Universidade Feevale. Coordena o grupo Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura com diretório no CNPq e é pesquisadora co-fundadora a Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescências. Coordenadora do Comitê Científico (2018-2019/ 2020-2021) do GT Educação e Comunicação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, sendo coordenadora do GT (2016-2017) e vice-coordenadora (2014-2015). saraismid@feevale.br.

[abstract] The objects of study in this text are the tools for containing menstrual flow in modern Western society. Menstrual “products” and “protectors” have been circulating more clearly since the popularization of disposable pads, after the First World War, especially in the last decade with the emphasis of feminist movements tensioned by marketing pressures that guide the need for “products” and “menstrual protectors” to promote menstrual dignity. It proposes to weave an intersectional analysis through the cartography of tools to contain the flow, as well as clues to reflect on the historical process of the universalization of menstruation along modern Western lines in the face of the diversity of cultures, genders, bodies, times and spaces. It discusses the need to advance the issue regarding the Human Rights of menstruating women in Brazilian territories and the fulfillment of the Sustainable Development Goals (SDGs) presented by the United Nations and adhered to by Brazil (2021).

[keywords] **Menstrual products. Menstrual protectors. Commercialization. Menstrual dignity.**

Recebido em: 20-05-2024.

Aprovado em: 22-07-2024.

Do sangrar livre à contenção do fluxo: menstruações através dos corpos, espaços e tempos

Mesmo diante da disseminada percepção ocidental moderna de que a menstruação deve ser contida à esfera privada por uma série de questões, nem todas as culturas observam e vivenciam o fenômeno da mesma forma. Enquanto determinadas culturas encontraram métodos de conter o fluxo, algumas criaram outras estratégias de manejo a partir do sangrar livre, como as tendas da lua, cabanas da menstruação e isolamento de menstruantes (Willig, 2021). Todos os saberes e ferramentas tecidos para desaguar o fluxo menstrual vertem de cosmopercepções³ plurais que têm sido contidas diante das correntezas neoliberais e neocoloniais que impõem uma universalização de saberes e ferramentas de contenção do fluxo.

Neste artigo, abordamos o surgimento e inserção dos produtos e protetores menstruais na sociedade ocidental moderna. A narrativa flui em formato cronológico, centrada nas ferramentas de manejo do ciclo menstrual, tensionando concepções pautadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aderidos pelo Brasil em 2021, e pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF), com enfoque no território brasileiro. Com o amparo das teorias e metodologias da interseccionalidade (Ako-tirene, 2019; Bilge; Collins, 2016; Oyèrónké, 2021) e cartografia (Deleuze, 1998, 2006a;

³ Por cosmopercepção, se compreende muito além das visualidades sugeridas pela expressão “cosmovisão”, referindo-se à percepção por meio de sentidos que não se limitam à visualidade (Oyèrónké, 2021).

Guattari, 2006; Kastrup, 2008; Passos e Barros, 2009), bem como dos estudos decoloniais (Alimonda, 2011; Lugones, 2014; Quijano, 2005; Segato, 2012), da pesquisa emergem pistas do processo histórico da universalização e ocidentalização da experiência de menstruar, evidenciando novas roupagens de antigas amarras colonialistas que se atualizam para manter as opressões sobre menstruantes a serviço da (re)produtividade capitalista neoliberal, sob um falso senso de liberdade feminina.

Em busca de pistas interseccionais por um percurso ciclocentrado

Para abordar o surgimento dos produtos e protetores menstruais na sociedade ocidental moderna, ancoramos nossa base teórica e metodológica na interseccionalidade (Akotirene, 2019; Bilge; Collins, 2016; Oyèrónké, 2021) e na cartografia, articuladas em conjunto com os estudos decoloniais e de gênero, fazendo das menstruações brasileiras o eixo de convergência da discussão, que se organiza em ordem cronológica e é de caráter qualitativo. A opção por organizar desta forma, como um percurso com seus afetamentos mútuos entre quem investiga e o que se investiga, se dá sobretudo pela percepção dos sujeitos como plenamente históricos (Segato, 2012), que tanto tecem quanto são tecidos pelas suas culturas (Alimonda, 2011; Lugones, 2014; Quijano, 2005; Segato, 2012). Isso nos permite seguir a vertente postulada por Segato (2012) como pluralismo histórico, que reconhece a capacidade dos sujeitos individuais e coletivos de tecer seu próprio processo histórico com autonomia, mesmo sendo afetados, como sempre foram, pelos processos históricos de outros sujeitos coletivos, individuais e povos. Neste fluxo, podemos apresentar as invenções ocidentais ou ocidentalizadas de contenção do fluxo com a sua devida complexidade.

O pluralismo histórico (Segato, 2012) converge com a pesquisa-intervenção cartográfica, que reconhece pesquisa e pesquisador/a enquanto mapas moventes que situam e interpretam as pistas investigativas de acordo com os afetamentos do percurso (Deleuze, 1998, 2006a; Guattari, 2006; Kastrup, 2008; Passos; Barros, 2009). A interseccionalidade, por sua vez, complementa e complexifica as pistas emergentes no fluxo das menstruações ao longo da história ocidental e, sobretudo, brasileira.

Para compreender as diversas camadas da sociedade brasileira e os filtros que atuam como mantenedores de um sistema-mundo-colonial do qual o Brasil faz parte, a Interseccionalidade, conceito teórico-metodológico que brota do coração das mulheres negras, como a pensadora brasileira Carla Akotirene (2019) ao atribuir a criação do conceito à Kimberlé Crenshaw, proporciona a tessitura de narrativas plurais com a desocidentalização da forma de olhar. Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade não é a soma das opressões de raça, gênero, classe, território, mas sim a interconexão e tensionamento destes marcadores, que denotam sujeitos plurais que não podem ser universalizados.

A interseccionalidade também problematiza o conceito de identidade por seu caráter universalizante e, conseqüentemente, reducionista, o que implica também na crítica do giro decolonial aos Direitos Humanos enquanto concepções universais e suas problemáticas (Akotirene, 2019; Alimonda, 2011; Bilge; Collins, 2016; Lugones, 2014; Oyèrónké, 2021; Quijano, 2005; Segato, 2012). Associada à cartografia sob o prisma do pluralismo histórico,

pode-se vislumbrar novas perspectivas e, especialmente, abarcar com unicidade a pluralidade de sujeitos, sem reduzir ou excluir experiências silenciadas pelas opressões colonialistas. Isso torna os Direitos Humanos um ponto de partida e não um destino final na busca pela dignidade menstrual, percebendo que produtos e protetores menstruais, embora pautem a dignidade menstrual, o fazem mediante um ponto de vista universalizante e colonizador.

A ocidentalização e a universalização da experiência de menstruar

Ao longo da história, o significado do sangue menstrual se transforma e varia de acordo com cada cultura. Na pré-história, sangrar e não morrer era visto como algo poderoso e mágico (Sardenberg, 1994), percepção que permanece no Tibete até os dias atuais. Em outra perspectiva, na antiguidade, judeus e pagãos consideravam o sangue menstrual venenoso.

No antigo testamento da Bíblia, há trechos inteiros dedicados a nomear os impedimentos que a mulher menstruada deve se sujeitar por estar “impura”. Na Índia, menstruar é considerado doença contagiosa. Uma série de estigmas originados de cosmopercepções antigas seguem vivas e ressurgem do fundo das águas quando estas são revolvidas por uma enxurrada de movimentos que fazem emergir saberes sedimentados, modificados pela memória e fragmentados pelo patriarcado (Willig, 2021).

Alguns povos originários das américas também apresentam práticas culturais que diferem da contenção do fluxo. Belaunde (2006), em sua pesquisa sobre as hematologias amazônicas e o sangue menstrual, coloca que o isolamento de mestruantes dos afazeres em comunidade ocorre porque o sangue é cosmopercebido como uma substância poderosa e, conseqüentemente, perigosa. Da mesma forma, o banho de rio no período menstrual é envolto em cosmopercepções sobre os seres encantados que guarnece as águas dos rios e as florestas, mas não trata o sangue como impuro ou as mestruantes como doentes.

Segundo Sams (1994), os indígenas norte-americanos compreendem que a menstruação leva a um estado alterado de consciência, permitindo que as mulheres indígenas tivessem visões sobre o futuro de suas comunidades. Era um momento em que elas repousavam e se reuniam entre mestruantes para sangrar direto na terra e se interiorizar. O que era um saber negado pela academia cartesiana, atualmente tem comprovação científica, conforme destacado por pesquisas realizadas pela Universidade da Califórnia e Nature Mental Health, com foco no cérebro de mestruantes, mapeando fases do ciclo e as transformações hormonais. Essas pesquisas destacam mudanças estruturais, sobretudo no sistema límbico, responsável pelas emoções⁴. Tais oscilações hormonais cíclicas e, conseqüentemente, comportamentais resistem ao patriarcado nos corpos negados e nos saberes ancestrais e arquetípicos, entre ritos e mitos, histórias e lendas, muitas vezes resgatados na sociedade

⁴ As pesquisas viraram notícia na mídia mundial, circulando no Brasil em diversos veículos de comunicação, com o título “É tudo verdade: menstruar afeta o cérebro”. Informação coletada na seguinte fonte: É tudo verdade: menstruar afeta o cérebro. In: OLHO na saúde. [S. I.], 12 dez. 2023. Disponível em: <https://olhonasaude.com.br/e-tudo-verdade-menstruar-afeta-o-cerebro/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ocidental moderna de forma fragmentada e cooptados pelo capitalismo com a mercantilização destes conhecimentos, até então imersos nas profundezas do caudaloso rio das menstruações (Belaunde, 2006; Sardenberg, 1994).

Enquanto determinadas culturas criaram ferramentas coletivas para o vivenciar da menstruação, outras perpetuaram formas de mantê-la longe dos olhos e do nariz daqueles que não a vivenciavam. Nas sociedades patriarcais, principalmente as culturas eurocêntricas, que se mostram rizomáticas ao observar os caminhos que têm trilhado na atualidade para o manejo do sangrar, os marcadores sociais da diferença interseccionam seres menstruantes aos moldes higienistas e mercantis da sociedade do consumo.

Contendo o fluxo: o surgimento e inserção dos “produtos menstruais” na sociedade ocidental moderna

Na história ocidental, há vestígios de 2000 a.C. com a introdução de panos na vulva. Hipócrates (460-370 a.C.) registrou, sem muitos detalhes, a prática de contenção do fluxo menstrual. Já na Idade Média, o uso dos paninhos e toalhas de tecido justificava a escolha de certos trajes femininos, como saias repletas de camadas, para esconder qualquer vestígio do fluxo ou do odor exalado pelo sangue coagulado fora do corpo.

O que se pode datar como um marco para a popularização de ferramentas para o manejo do ciclo foi a Revolução Industrial e todo o pacote que veio com ela, como a necessidade de mão de obra feminina para manter as engrenagens girando sem “vazar óleo” dos corpos-máquina, mão de obra para o sistema (Willig, 2021). A transformação social ocasionada pela promessa de progresso dos tempos modernos passou a conectar a menstruação à possibilidade de gerar lucro (Pelúcio, 2022), criando então os “produtos menstruais”. Entre 1854 e 1915, vinte patentes foram apresentadas para produtos menstruais (Kotler, 2018). Entre as iniciativas, circularam copos menstruais feitos de alumínio ou borracha dura e até mesmo calças feitas de borracha para impedir os vazamentos.

Surgiram então, ao fim do século XIX, absorventes descartáveis de bandagens, primeiro em Birmingham, no Reino Unido, pela empresa Southall Brothers & Barclay. Em 1890 foi a vez da Alemanha, com a Hartmann Company, e depois, em 1894, a Johnson & Johnson passou a comercializar o item nos Estados Unidos – todos territórios-berço do sonho da modernidade. As Toalhas de Lister surgiram posteriormente, bem como o “cinto sanitário para damas”, em tradução livre, cinto higiênico Hoosier⁵. Ambas as alternativas mantinham os panos absorventes no lugar e podiam ser reutilizadas.

⁵ Informação coletada na seguinte fonte: HOOSIER: Ladies’ Sanitary (menstrual) Belt. In: MUSEUM of Menstruation and Women’s Health. Washington, 2004. Disponível em: <http://www.mum.org/hoosier.htm>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FIGURA 1 - HOOSIER



FONTE: Acervo de imagens do Museum of Menstruation (2004).

Enquanto a Revolução Industrial trouxe alternativas que passaram a mercantilizar produtos menstruais, a Primeira Guerra Mundial os consolidou. A guerra impulsionou a indústria – das armas químicas, que se transformaram nas indústrias de produção de agrotóxicos como parte essencial da Revolução Verde (Bittencourt; Jacobovski, 2017), à empresa estadunidense que produzia bandagens para os feridos em combate e passou a produzir o primeiro absorvente que percorreu os quatro cantos dos Estados Unidos, revolucionando a forma como menstruantes lidavam com seus ciclos: o Kotex, lançado pela Kimberly-Clark (Souza, 2022). Na propaganda a seguir, fica evidente o ideal de modernidade associado à cisheteronormatividade, branquitude, magreza e jovialidade, bem como da liberdade feminina precisar ser validada por uma figura masculina. Observamos que a propaganda é uma forma não só de expressar cultura, mas também de condicionar e induzir hábitos, o que se torna perceptível ao longo do desenvolvimento histórico de produtos menstruais, que exibem um ideal entendido pelo público como reflexo da sociedade.

FIGURA 2 – KOTEX



FONTE: Acervo de imagens do Museum of Menstruation (1941)

A Kotex, quando estourou a Primeira Guerra Mundial, começou a desenvolver bandagens de um material chamado *cellucotton*, confeccionado a partir da polpa da madeira. Esse material era cinco vezes mais absorvente que as bandagens de algodão comum, além de ser mais barato. Quando a guerra acabou, a empresa encontrou nos relatos das enfermeiras do Fundo Americano, que continham improvisadamente seu fluxo menstrual usando as bandagens, um destino para o *cellucotton*.

O responsável por receber o *feedback* que alavancou a comercialização dos absorven-

tes descartáveis foi Walter Luecke, que enfrentou preconceitos na “venda” de sua ideia por parte das empresas contratadas para a produção do produto. Kotex foi o nome dado à invenção por ser discreto e lembrar “cotton”, algodão em inglês (Araújo, 2021). A Kotex é uma marca que, até os dias atuais, comercializa produtos menstruais (Miguel; Ardt; Michaelsen; Barbosa, 2018). A partir da Kotex, uma série de patentes surgiram com alternativas para a contenção do fluxo menstrual, em um mundo onde o capitalismo passou a imperar cada vez mais.

Os moldes ocidentalizantes e o Modess: absorvendo o fluxo no Brasil

No Brasil, os absorventes descartáveis chegaram nos anos 30. As toalhas de pano dobradas eram a técnica de contenção do fluxo até então. Diretamente dos moldes ocidentalizantes de modernidade, os absorventes foram essenciais na inserção de menstruantes no mercado de trabalho. O povo brasileiro conheceu os Modess, que só se popularizaram 20 anos depois. A seguir, apresentamos uma propaganda veiculada nos anos 50, associando o padrão de beleza americano de casal cisheteronormativo, branco e magro, esbanjando felicidade, tal qual a propaganda da Kotex apresentada anteriormente (Figura 3). Destaca-se a frase: “Ela é moderna... Ela sabe viver... Basta pedir MODESS”.

FIGURA 3 – PROPAGANDA MODESS ANOS 50



FONTE: Acervo de imagens do Museum of Menstruation (1958)

A praticidade, a modernidade e a liberdade foram as principais ideias defendidas pela mídia brasileira quando o absorvente descartável conquistou menstruantes no Brasil (Viera, 2003), permitindo que circulassem em espaços públicos, até então falocêntricos, sobretudo no mercado de trabalho. O Modess, para substituir em nome e utilidade as toalhinhas reutilizáveis, rotulou a ferramenta anterior como arcaica e problemática, transformando os hábitos de higiene brasileiros:

Modess virou imediatamente o nome genérico do produto e, na posição de líder absoluto, encarregou-se também do trabalho educativo. [...] Uma pesquisa feita pelo IBOPE nessa época mostrava que menos de 5% das mulheres usavam qualquer produto industrial (Viera, 2003, p. 69).

Os produtos menstruais ganharam o mercado, mas a menstruação seguiu invisibilizada através do gel azul, que até os dias atuais estampa pacotes de absorventes descartáveis. Este cenário evidencia um enfoque da sociedade ocidental moderna na materialidade e um distanciamento dos saberes menstruais, perpetuando o cerceamento epistemológico em relação às menstruações e contribuindo para a manutenção de estigmas (Willig, 2021).

Por outro lado, a entrada dos absorventes no mercado brasileiro contribuiu para que o assunto saísse do silêncio. Na ditadura militar, houve dois episódios marcantes que podem referenciar o choque do conservadorismo diante do discurso de liberdade feminina associado aos absorventes. A propaganda da Sempre Livre⁶, que circulou em 1973 e foi estrelada pela atriz Marília Pêra, foi censurada, assim como a música de Rita Lee, *Cor de Rosa Choque*, que fala sobre o período menstrual: “mulher é bicho esquisito, todo mês sangra [...] por isso não me provoque, é cor de rosa choque”. A canção, lançada em 1980 para integrar a abertura do programa *TV Mulher*, da Rede Globo, foi avaliada durante dois anos por técnicos da censura e liberada somente em 1982, após Rita Lee realizar diversas mudanças na letra para “suavizar” seu teor feminista⁷.

Em 1974, chegou ao Brasil outra ferramenta para contenção do fluxo – o O.B, da Johnson & Johnson, primeiro absorvente interno do país. O nome vem de uma expressão alemã *ohn binde*, que significa “sem toalha” (Quem inventou [...], 2011). A invenção trouxe uma nova alternativa para quem tinha alergias e incômodos com o absorvente externo, além de permitir o uso de maiôs, biquínis e a prática de esportes durante o período menstrual, conforme demonstrado na propaganda da agência de publicidade DPZ, veiculada em 1976 e censurada pela ditadura militar por conter a palavra “menstruação” (Figura 4).

⁶ Propaganda da Sempre Livre, estrelada por Marília Pêra, foi censurada pela Ditadura Militar em 1973. HAUBERT, Mariana. Sobrou até para o absorvente da Marília Pêra. In: CONGRESSO em Foco – Uol. São Paulo, 14 dez. 2012. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/censuraram-ate-o-absorvente-da-marilia-pera/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

⁷ Rita Lee tem música sobre menstruação censurada pela Ditadura Militar. RITA Lee: de ‘Gente fina’ a ‘Cor-de-rosa choque’, as histórias das músicas proibidas pela ditadura. In: O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/noticia/2023/05/rita-lee-de-gente-fina-a-cor-de-rosa-choque-as-historias-das-musicas-proibidas-pela-ditadura.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FIGURA 4 – PROPAGANDA DA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE DPZ



FONTE: PENTEADO, Claudia. Menstruação: do incômodo ao ativismo. In: PROPMARK. São Paulo, 31 maio 2019. Disponível em: <https://propmark.com.br/menstruacao-do-incomodo-ao-ativismo/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Manter o sangue o mais internalizado possível nos remete, mais uma vez, ao silenciamento de algo que faz parte da vida, longe dos olhos e do tato de uma sociedade que segue se distanciando do menstruar em nome da modernidade. Depois do O.B, diversas empresas passaram a produzir absorventes internos descartáveis, presentes até hoje no mercado. No entanto, o item também gerou problemas de saúde, como a síndrome do choque tóxico ocasionada pelo seu uso prolongado e/ou indevido, bem como infecções pela contaminação por bactérias, levando até menstruantes à morte (Ribeiro, 2023), um preço alto a se pagar em nome do controle de corpos feminilizados.

Cabe reforçar mais uma vez as pistas cartografadas nas propagandas apresentadas pelas Figuras 2, 3 e 4, com a imagem de menstruantes representada pelo padrão norte-americano de sucesso quando se observa gênero e raça, reforçados pela cisgeneridade e branquitude, e padrões estéticos esperados dos corpos-máquina, lineares, produtivos e não cíclicos. A imagem se reforça com a sugestiva frase que fala da “grande vedete das Olimpíadas”, sem os obstáculos ocasionados pela menstruação que impedem a plena realização e controle sobre a instabilidade do corpo feminilizado diante do padrão falocêntrico (Willig, 2021).

Inventado em 1937 pela estadunidense Leona Chalmers, o coletor menstrual só chegou ao Brasil em 2010, revolucionando a experiência menstrual como o primeiro produto que não absorve nada. Trata-se de uma ferramenta também de uso interno, mas que pode

ser reutilizada, tendo validade de 5 a 10 anos dependendo da marca escolhida. O item chegou ao mercado atendendo a preocupações racionais do público menstruante; indo além da praticidade, pode-se, por exemplo, entrar na água sem riscos do sangue verter a público. Sua possibilidade de reutilização atendeu às preocupações ambientais por evitar o descarte de absorventes que não são reciclados, aliando-se ainda aos benefícios para a saúde (Souza, 2022), autoconhecimento e autonomia, trazendo mudanças culturais, pois seu uso necessita de conhecimento sobre a anatomia do próprio corpo, contato com a vulva e com o sangue menstrual (Wons, 2019).

A InCiclo desde 2010, comercializa o coletor menstrual e, desde 2021, vende também o disco menstrual, que cumpre a mesma função do coletor, mas fica mais próximo do colo do útero e permite a realização de atividades sexuais com penetração sem contato com o sangue. Atualmente, diversas marcas comercializam os itens, cujo preço varia, em média, de R\$ 50 a R\$ 100 reais. Contudo, a longo prazo se torna mais barato em relação ao uso de absorventes descartáveis – para o planeta, por serem opções reutilizáveis, e também para o bolso de quem compra.

Em 2020, a Fleurity lançou um coletor menstrual com as cores da bandeira LGBT-QIAPN+ acompanhado de uma ação social, algo até então inédito diante da histórica representatividade identitária baseada no modelo-padrão americano de cisheteronormatividade, conforme a Figura 5 apresenta.

FIGURA 5 – COLETOR MENSTRUAL NAS CORES DA BANDEIRA LGBTQIAPN+



FONTE: FLEURITY. [Fotos da linha do tempo – 14/06/2020]. Extrema, 14 jun. 2020.

Facebook: Fleurity. Disponível em: https://www.facebook.com/fleuritybr/posts/pfbid02ztEYRgBnWqtm04ms6e7otbLCexomEzagS2Wn5Smj46Vpx3bfQVbj2xDCUBumszkl/?locale=en_GB. Acesso em: 20 mar. 2024.

Mesmo considerando a histórica recriminação dos paninhos reutilizáveis pelas propagandas de absorventes como antiquados, marcas se construíram com a comercialização de absorventes de tecido no século XXI. Calcinhas e cuecas absorventes já se encontram disponíveis

para atender aos públicos e corpos diversos, contemplando homens transgêneros e pessoas não binárias (Figura 6).

FIGURA 6 – CUECA MENSTRUAL PANTYS



FONTE: Pantys lança primeira cueca menstrual para homens trans. *In*: PEQUENAS Empresas & Grandes Negócios. São Paulo, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Moda/noticia/2021/06/pantys-lanca-primeira-cueca-menstrual-para-homens-trans.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Atualmente, também se encontra no mercado dos produtos menstruais roupas de banho absorventes dos mais variados modelos, feitas com materiais tecnológicos – a exemplo da Figura 7, na qual se verifica a quebra com o padrão de expor pessoas nos moldes colonialistas e americanizados de gênero, raça, formato do corpo e cabelo.

FIGURA 7 – BIQUINIS MENSTRUAIS NO SITE DA HERSELF

CALCINHAS DE BIQUÍNI ABSORVENTE

Filtrar 10 Resultados Ordenar: Em destaque





TAMANHO	QUADRI
30	75 a 79 cm
32	80 a 84 cm
34	85 a 89 cm
36	90 a 94 cm
38	95 a 99 cm
40	100 a 104 cm
42	105 a 109 cm
44	110 a 114 cm
46	115 a 119 cm
48	120 a 124 cm
50	125 a 129 cm
52	130 a 134 cm
54	135 a 139 cm
56	140 a 144 cm
58	145 a 149 cm
60	150 a 154 cm

MEÇA A PARTE MAIS SALIENTE DO SEU BUMBUM



FONTE: HERSELF [Print da loja virtual da Herself – 20/03/2024].

Disponível em: <https://herself.com.br/>. Acesso em 20 mar. 2024.

A recente inclusão em massa dos itens reutilizáveis de contenção do fluxo menstrual no mercado levanta a questão ambiental. Uma pessoa gasta, em média, 20 absorventes descartáveis por ciclo. Esses itens não podem ser reciclados e têm como destino aterros sanitários e “lixões” (Weber, 2023). Ademais, tem-se também questões de classe em confluência com raça e gênero. Ao longo da vida, é possível gastar, em média, R\$ 8 mil em absorventes descartáveis não recicláveis, já que o custo médio individual de um absorvente é de R\$ 0,80 centavos (Moraes, 2022).

Mesmo se tratando de um gasto caro a longo prazo para pessoas de baixa ou nenhuma renda, como no caso de menstruantes menores de idade, o absorvente descartável para uso imediato é mais barato do que o coletor menstrual (Willig, 2021). No entanto, o custo é alto para a natureza, no que são gerados 200 quilos de resíduos que levam aproximadamente 400 anos para se decompor (Menos [...], 2019). Uma complexidade de questões de saneamento básico também perpassa a situação de menstruantes que não têm acesso a itens reutilizáveis para conter o fluxo, como a falta de água para realizar a higienização destes itens. Isso nos faz desaguar a pesquisa na questão da dignidade menstrual, ameaçada pelos neoliberalismos, questões ambientais e marcadores sociais da diferença.

De produtos a protetores menstruais, e para além deles

Com a situação de vulnerabilidade de menstruantes diante da ocidentalização das experiências menstruais, o termo “protetores” surge numa perspectiva de ampliar a importância dos produtos menstruais a um patamar de itens essenciais para a dignidade de menstruantes. Esses produtos são fundamentais no plano de colonialidade de corpos em curso, modelando hábitos e ferramentas para lidar com o fluxo, e mantendo o status quo das opressões que esses mesmos padrões geram (Alimonda, 2011; Quijano, 2005; Segato, 2012).

“Protetor menstrual” nos remete não somente à proteção de pessoas menstruantes, mas também a um modelo de sociedade que não dá espaço para sujeitos com corpos cíclicos, considerando a linearidade, segundo os moldes falocêntricos, importante para a produtividade capitalista. Itens de contenção do fluxo estão associados à proteção do modelo de sociedade ocidental moderna, mas não são suficientes para garantir a dignidade de forma integral – e sem ela, não é possível ter dignidade menstrual.

A seguir, abordamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no que tange à dignidade menstrual⁸, bem como o relatório do UNICEF/UNFPA sobre

⁸ As análises referentes aos ODS presentes neste artigo foram apresentadas no Seminário UNAI: “Direitos Humanos, redução das desigualdades e os ODS’s”, promovido pela Universidade Feevale, em Novo Hamburgo/RS, em formato de trabalho oral. Também foram discutidas no I Encontro Florescendo Gênero: novas perspectivas de pesquisas, promovido pelo Cactus – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero, em parceria com o Curso de Licenciatura em História e Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Católica de Pernambuco, em Recife/PE, em 2022, em formato de trabalho oral e publicadas em resumo, com o título “Pobreza Menstrual: Desafios para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no Brasil”. WILLIG, Caroline Luiza. Pobreza menstrual: desafios para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) das Nações Unidas no Brasil. In: ENCONTRO FLORESCENDO GÊNERO, 1., 2022, Recife. Caderno de Resumos. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2022. p. 13. Disponível em: https://2c7b917b-5d80-4e73-814a-63297a1c4f5c.filesusr.com/ugd/af7d1d_3475bdda86884aa78af985f9437c686b.pdf. Acesso em: 22. mar. 2024.

a Pobreza Menstrual no Brasil (2021)⁹, a fim de complexificar a discussão. Os ODS são uma proposta das Nações Unidas que visa garantir que todas as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes objetivos também integram as metas da Agenda 2030 no Brasil e, quando observados no entrecruzamento com a dignidade menstrual, têm sua complexidade e desafios evidenciados. O estudo do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), apresenta índices de “pobreza menstrual” no Brasil, contexto que precisa ser olhado pelas lentes da interseccionalidade.

Diante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é perceptível que todos são essenciais para a busca da dignidade menstrual. Entretanto, esses objetivos se pautam em categorias de sujeitos universais e incorrem em binarismos de gênero, raça e classe. No Brasil, as iniciativas de combate à pobreza menstrual, no âmbito das políticas públicas, têm se fixado quase que exclusivamente na distribuição de absorventes descartáveis, como demonstrado pela aprovação parcial do *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual* (14.214/21), em 2021. Em 2023, o programa avançou novamente com o decreto Nº 11.432, beneficiando cerca de 8 milhões de pessoas, com o investimento de R\$ 418 milhões anuais na compra de absorventes, financiados pelo Ministério da Saúde e distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Secundariamente, houve a realização de ações básicas voltadas para a promoção da dignidade menstrual no Brasil. Em 2024, os absorventes descartáveis passaram a ser distribuídos nas farmácias populares¹⁰.

A pauperização material e imaterial da população racializada no Brasil evidencia necropolíticas¹¹ oriundas de um sistema que faz uso de modernos aparatos colonialistas de dominação (Akotirene, 2019; Alimonda 2011). A acumulação do capital, a expropriação de terras, a escravidão e o cercamento de corpos e territórios atravessam as pessoas com útero de formas distintas, condicionando-as a ideologias de gênero sexistas de caráter eurocêntrico. Isso faz com que, historicamente, as opressões de gênero, raça e classe que atravessam as pessoas menstruantes hoje estejam conectadas com um plano que entrou em curso há mais de cinco séculos (Akotirene, 2019; Lugones, 2014; Quijano, 2005; Segato, 2012).

⁹ As análises referentes ao estudo do UNICEF/UNFPA (2021) foram apresentadas no Seminário de Pós-Graduação INOVAMUNDI, promovido pela Universidade Feevale, em Novo Hamburgo, no ano de 2021, em formato de trabalho oral e resumo expandido, com o título “‘Privadas’: Uma interpretação interseccional do estudo ‘Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e violações de direitos’”. WILLIG, Caroline Luiza; SCHMIDT, Saraí. “Privadas”: Uma interpretação interseccional do estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e violações de direitos”. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO – INOVAMUNDI, 2021, Novo Hamburgo. Anais [...]. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2021. p. 2090-2100. Disponível em: <https://www.feevale.br/s/2021/sitefeevale/SPG/Anais%20SPG%202021.pdf>. Acesso em: 22. mar. 2024.

¹⁰ Estas são redes privadas vinculadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), programa do estado que visa complementar a disponibilização de medicamentos utilizados na Atenção Primária à Saúde por meio de parceria com farmácias e drogarias da rede privada. Têm direito à retirada dos absorventes, de forma gratuita, brasileiras ou estrangeiras que vivem no Brasil, têm entre 10 e 49 anos de idade e que estão inscritas no Cadastro Único, conhecido como CadÚnico – sistema que centraliza diversas políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/farmacia-popular>. Acesso em: 19 mar. 2024.

¹¹ O conceito de necropolítica aborda o uso de poder social e político para ditar como as pessoas ou determinado grupo de pessoas devem viver ou morrer. Trata-se de uma estratégia de controle social pautada em opressões envoltas em recortes de sexo, gênero, raça, etnia, classe, religião e territórios (Akotirene, 2019).

Políticas pautadas no sujeito universal dentro de uma sociedade cujo sistema é produtor das diferenças são estruturadas em epistemologias eurocêntricas, uma vez que estas são invenção de uma ciência positivista e ideologicamente colonialista. A situação de vulnerabilidade que coloca aproximadamente 25% das pessoas menstruantes menores de 18 anos em situação de falta de dignidade para vivenciar o período no Brasil, é uma condição presente na sociedade moderna e também criada por ela. Não dispor de condições materiais e/ou conhecimentos básicos sobre o funcionamento do próprio corpo durante o período menstrual reflete um projeto político de sociedade que esvazia sujeitos, inviabilizando tanto o acesso a recursos quanto aos saberes de povos colonizados (Segato, 2012).

As Nações Unidas elencaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Figura 8 ilustra. Esses objetivos integram também a Agenda 2030 do Brasil, afirmando, portanto, o compromisso do país diante dos apontamentos realizados pela instituição.

FIGURA 8 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS



FONTE: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL [Print do Site das Nações Unidas Brasil 20/03/2024].

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 20 mar. 2024.

Ao observarmos os 17 ODS apontados com a intersecção da menstruação, é perceptível que a *erradicação da pobreza* se faz necessária para garantir que as pessoas menstruantes tenham acesso à dignidade menstrual. A menstruação é um marcador extra dentro de um contexto no qual esses sujeitos já se encontram vulneráveis e em situação de pobreza.

O ODS que aborda a *fome zero e agricultura sustentável* também se mostra relevante, tendo em vista que uma alimentação nutritiva se faz essencial para um ciclo menstrual sadio. A falta de alimentos pode levar a distúrbios menstruais, enquanto uma alimentação repleta de hormônios sintéticos também causa alterações no ciclo. É algo que nos remete ao terceiro ODS, que aponta a *saúde e bem-estar dos cidadãos* como essenciais na discussão de uma nutrição equilibrada e das condições financeiras para dar conta de sua própria dignidade. Muitas pessoas, segundo a pesquisa do UNICEF/UNFPA (2021), fazem uso de

panos¹², jornal, papel higiênico e até mesmo miolo de pão para conter o fluxo, e estes métodos podem incorrer em doenças ginecológicas, também ferindo os propósitos do referido ODS.

A falta de um protetor menstrual ou de banheiro adequado também traz, além do risco à saúde, dificuldades no que diz respeito a outro direito básico que é um ODS: *educação de qualidade*. Segundo o relatório da ONU (2014), uma em cada dez adolescentes faltaram à escola por não terem acesso a protetores menstruais, refletindo em aproximadamente 45 faltas no ano letivo. Este índice coloca as pessoas menstruantes em desvantagem em relação às demais, que desfrutam dos privilégios de um sistema que pauta o sujeito universal moldado no falocentrismo, ignorando as necessidades fisiológicas das pessoas com útero. Isso também é um ODS que aponta a necessidade de políticas de *igualdade de gênero*.

O estudo do UNICEF/UNFPA (2021) expõe a necessidade de educação menstrual inserida dentro da educação sexual, pautando a escassez de pesquisas acadêmicas que versem sobre a temática e analisem “o fenômeno e de trabalhos científicos que analisam este problema, suas interações e consequências” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 6). O estudo ainda aponta nos resultados o “menstruar na escola” versus “menstruar em casa”. Essa divisão entre a escola como esfera pública e a casa como esfera privada denota o binarismo que estrutura a sociedade ocidental moderna. A ausência de banheiros em condições de uso, “separados para meninos e meninas também em condições de uso; disponibilidade de papel higiênico, pia ou lavatório e sabão para higiene das mãos após o uso do banheiro” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 9), assim como a falta de absorvente, são os principais fatores do absentismo escolar por pobreza menstrual. Segundo o estudo, das 15,5 mil “meninas” participantes da pesquisa, 2,6 mil, não frequentam escolas, “podendo ser meninas em situação de evasão escolar, meninas que concluíram o ensino básico ou meninas que já frequentam a universidade” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 22).

No ambiente escolar, a ausência de infraestrutura e saneamento básico atinge 3% das pessoas que menstruam e estão na escola em nível nacional – só no Norte, este índice sobe para 8,4%. Entre estas 321 mil, 121 mil se concentram no Nordeste. Nas zonas rurais, se concentram 6,4% das pessoas que frequentam escolas sem banheiro adequado. São 249 mil menstruantes sem banheiro na escola estadual, representando 77,6% das escolares na situação, sendo os 32,4% correspondente às escolas municipais, já que as escolas públicas federais e privadas informaram ter banheiros em condições de uso.

O estudo apontou que a chance é “3,6 vezes maior de que uma menina do Nordeste esteja nessa situação quando comparada a uma menina no Sudeste” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 18), sendo que o índice sobe para mais de 4 meninas na região Norte. O contraste entre a zona rural e a urbana também se mostrou latente no estudo, em que a chance de uma “menina” estudar em escola que não tenha divisão de banheiro entre meninos e meninas é 138% maior do que em zonas urbanas.

Um dado positivo trazido foi de que aproximadamente 80% das pessoas menstruantes com até 14 anos alegaram já ter recebido orientações sobre a prevenção à gravidez, taxa quase 17% maior do que em comparação com as pessoas até os 18 anos, “o que pode indicar que esse está se tornando um hábito mais comum entre as escolas” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 21).

¹² Cabe destacar que o problema não está no uso do pano em si, haja visto que os bioabsorventes são produzidos a partir de tecido também. De fato, o problema está na não higienização, tanto por falta de instrução quanto por falta de infraestrutura, como água tratada e local limpo para tal.

Porém, enquanto a educação sexual é pouco difundida, a educação menstrual ainda é quase completamente negligenciada na esfera escolar e domiciliar, denotando que a pobreza de conhecimento a respeito do ciclo transcende as noções de centro e periferia, embora seja mais latente nas camadas mais vulneráveis da sociedade.

Considerando que a concepção de menstruação na sociedade ocidental moderna ainda é extremamente binária de gênero, levando menstruantes na correnteza de discursos feminilizantes, a questão de gênero se torna central. Assim, o ODS que trata da igualdade de gênero é o mais relevante para ser problematizado e entrecruzado com marcadores sociais de raça, classe, idade, território e cultura. No entanto, as perspectivas da ONU tendem a ser universalizantes, resultando em violências epistemológicas contra menstruantes (Lugones, 2014).

O ODS em questão não aborda adequadamente as demandas de equidade de gênero da comunidade LGBTQIA+, focando nas necessidades das “mulheres e meninas” por meio de linguagem que reflete uma ideologia de gênero sexista. Isso promove o silenciamento da diversidade de gêneros, incluindo homens transgênero e pessoas não binárias que também menstruam, e generalizando como se todas as mulheres e meninas menstruassem. Além disso, há os perigos quanto ao seu cumprimento impostos pelas políticas neoliberais que mercantilizam a menstruação e perpetuam a colonialidade de gênero em nome da produtividade ou reprodutividade (Bisneto; Aguilera, 2023; Segato, 2012).

O estudo do UICEF/UNFPA (2021) segue a mesma ideologia binária de gênero do ODS 5 ao referir-se às pessoas menstruantes como “meninas”, se articulando com o conceito de criança do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Embora se baseie na faixa etária estipulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 a 19 anos, o estudo não incluiu informações das faixas etárias de 8 e 9 anos com pessoas que também menstruam nessa idade. Existem sujeitos que menstruam e não são contemplados nos índices postos, assinalando o apagamento das pessoas LGBTQIA+, como se observa na definição de “meninas”, que poderia facilmente ser substituída por “pessoas que menstruam” ou “menstruantes” sem recorrer a universalizações, proporcionando o foco no menstruar sem reforçar colonialismos.

A ausência de uma privada adequada para pessoas que menstruam é o que conecta a esfera pública (escola) e a esfera privada (domiciliar) à colonialidade dos corpos com base em filtros de gênero, raça e classe, pensando na pobreza menstrual. Aproximadamente 47% da população brasileira vive sem acesso a sistemas de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 100 mil pessoas que fazem uso de medidas alternativas e poluentes para lidar com os resíduos, como fossas, sumidouros ou, muitas vezes, jogando os dejetos diretamente no rio. Mais de 16% da população, cerca de 35 milhões de pessoas, não têm acesso à água tratada, segundo dados de 2018 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)¹³. Isso se reflete na necessidade de *água potável e saneamento básico*, cujo ODS influencia diretamente na luta por dignidade menstrual. Sem acesso a água limpa para beber ou se higienizar, menstruantes em situação de vulnerabilidade ambiental se veem impossibilitadas de usar absorventes reutilizáveis.

¹³ Informação obtida em consulta ao site do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Aproximadamente 249 mil adolescentes vivem sem um banheiro em casa e/ou na escola para trocarem de absorventes e/ou se higienizar, sendo que 65% delas são negras (UNICEF/UNFPA 2021). O estudo observa que os percentuais de pobreza menstrual diferem nos diversos territórios e contextos sociohistóricos brasileiros, mostrando-se mais intensos nas regiões do Norte e Nordeste e nas zonas rurais em relação com as urbanas. O programa Água, Saneamento e Higiene (WASH)¹⁴ da UNICEF e o relatório da WaterAid abordam a dignidade menstrual, considerando que ela envolve:

Segurança: o banheiro deve possuir tranca e garantir a privacidade (com cabines individuais, reforçadas e de material opaco); deve ainda estar localizado em um local seguro, indicado por placas, com entradas separadas para banheiros de homens e mulheres, e com boa iluminação. • Higiene: água e sabão, papel higiênico, acesso a produtos menstruais, gan - chos ou prateleiras para que os pertences não fiquem em contato com a contaminação do chão, espelhos, meios para lavar e/ou eliminar produtos menstruais, evitando o descarte de absorventes no vaso sanitário que resultam em entupimento. • Acessibilidade: ser alcançável por meio de um caminho acessível e dispor de ao menos uma cabine acessível a todos as pessoas. • Disponibilidade: contar com cabines suficientes para evitar filas longas, estar aberto quando necessário. • Manutenção: contar com bons planos de gestão, limpeza e manutenção (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 14).

Outro apontamento relevante é o endossamento das condições WASH sobre dignidade menstrual e dos ODS 4 (saúde de qualidade), ODS 5 (*igualdade de gênero*) e ODS 6 (*água potável e saneamento básico*). O estudo observa que “mais de 4 milhões de ‘meninas’ (38,1% do total das estudantes) frequentam escolas com a privação de pelo menos um desses requisitos mínimos de higiene”, totalizando aproximadamente 200 mil pessoas que menstruam “totalmente privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na sua escola” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 18). A ausência de infraestrutura que ofereça condições para vivenciar o ciclo priva as pessoas menstruantes de seu direito à educação ao inviabilizar o acesso, reforçando que o lugar do gênero binário feminino é em casa. Mas, quais as condições desta casa? O estudo aponta que quem estuda em escolas públicas tem quase 20 vezes mais chances de viver em casas sem banheiro adequado (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 23).

A falta de dignidade menstrual perpassa a condição de pobreza a qual os corpos subalternizados pelo colonialismo são empurrados de maneira interseccional. 713 mil “meninas” da pesquisa não têm banheiros adequados em seus domicílios e 632 mil não possuem um banheiro de uso comum sequer no terreno ou propriedade, fazendo uso de sanitário ou buraco para dejeções, ou defecação a céu aberto (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 14).

Acesso à energia limpa e acessível também é necessidade para pessoas menstruadas terem acesso, por exemplo, ao chuveiro com água quente para se higienizarem. O quesito importa especialmente no inverno, tendo em vista o relato de uma professora da rede

¹⁴ Tradução nossa para: Water, Sanitation, Hygiene (WASH).

pública municipal de Novo Hamburgo/RS que, durante a formação com os professores, mencionou que algumas alunas que não iam para a escola porque nem sempre conseguiam tomar banho gelado no inverno do Rio Grande do Sul, que é extremo e beira os 5°C em seu auge.

O *trabalho decente e crescimento econômico* são diretamente afetados pela desigualdade de gênero quando menstruantes são feminilizados, isolados dos espaços públicos e excluídos das políticas públicas por vivenciarem a pobreza menstrual, tanto material quanto de conhecimento da população de um modo geral. Isso é algo que se mostra, por exemplo, através da cristalização dos estigmas envolvendo o sangue menstrual (Willig, 2021).

A falta de saberes e/ou produtos e/ou protetores menstruais impacta também as oportunidades de trabalho e de fomento da independência financeira das pessoas menstruantes. Isso afeta diretamente a valorização e a produção de soluções para as pessoas menstruantes, por meio do desenvolvimento da *Indústria, inovação e infraestrutura*, também um ODS. Tais aspectos acabam endossados por discursos neoliberais de liberdade feminina quando propõem a contenção do fluxo menstrual como forma de inclusão na sociedade ocidental moderna.

A *redução das desigualdades* pautada pelo décimo ODS implica, sobretudo, em adotar políticas interseccionais alicerçadas nos direitos universais por meio da emancipação e autonomia das comunidades (Segato, 2012). A intersecção de raça foi contextualizada em raras elucidacões no estudo, sendo referenciada também de forma dual ao apresentar índices que separam “meninas brancas” e “meninas negras”, incluindo na categoria “negras” as pessoas indígenas e pretas, ou “pretas e pardas”. O estudo não explicita a realidade das pessoas indígenas que menstruam, ou pretas, a ponto de conseguir realizar uma análise mais precisa destas categorias raciais segundo a metodologia interseccional. Entretanto, denota a desigualdade social do choque entre *branco versus não branco* quando evidencia que “[...] a chance de uma menina negra não possuir acesso à banheiros é quase 3 vezes a de encontrarmos uma menina branca nas mesmas condições” (UNICEF/UNFPA, 2021, p. 22), fato que se agrava quanto mais ao norte do país se olha.

As esferas do público e do privado, do que é conversa para se ter com a família e assuntos que podem ser dialogados no espaço escolar, no que tange à pobreza menstrual, também denotam as violências epistemológicas impostas mais severamente aos corpos não brancos pelo colonialismo de raça e gênero. Quase 19% das meninas pretas e pardas, sobretudo do Norte e Nordeste do Brasil, apontaram que não se recordam de terem tido orientações sobre a menstruação (UNICEF/UNFPA, 2021).

O cercamento de corpos e saberes pela colonialidade, a qual vulnerabiliza pessoas racializadas ao coloca-las como as mais excluídas de políticas de saneamento básico, insumos e conhecimento para lidar com o ciclo menstrual, se evidencia no estudo do UNICEF/UNFPA (2021). O silenciamento e o tabu envoltos na menstruação, somados aos preconceitos de raça e de classe, também se ampliam no que se faz a análise destas intersecções (Willig, 2021).

Embora o estudo apresente alguns binarismos que prejudicam uma interpretação interseccional dos índices, esses contrastes são estruturantes nos próprios dados, que já foram coletados de forma a universalizar a pluralidade de (r)existências sob a categoria de “meninas” e segregar os marcadores entre “brancas” e “negras”. As referências aos povos indígenas, por exemplo, não são evidenciadas ao longo do texto, apenas nos infográficos.

Os ODS *idades e comunidades sustentáveis* e *consumo e produção responsáveis* caminham lado a lado e também interferem na dignidade menstrual. A produção de absorventes de pano por pequenos produtores e produtoras gera renda para a comunidade local, enquanto os absorventes descartáveis são comprados de grandes empresas que trabalham em prol do neoliberalismo.

A dignidade menstrual perpassa as necessidades apresentadas pelos ODS *Ação contra mudança global do clima*, *Vida na água* e *Vida terrestre*. Deve haver condições para que menstruantes preservem o planeta, visto que a exclusão do sistema não apenas negligencia suas necessidades básicas, como ignora os reflexos da pauta no que toca à ecologia.

Paz, justiça e instituições eficazes, por sua vez, assinala a necessidade de proporcionar acesso à justiça por meio de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. No Brasil, a pauta avançou em diversos municípios, estados e na esfera nacional, como já mencionado anteriormente, mas precisa ainda transcender a materialidade do absorvente descartável e adentrar a emancipação de menstruantes.

O último ODS, *parcerias e meios de implementação*, atravessa também a dignidade menstrual, pois soluções precisam ser apontadas tanto em termos de ferramentas quanto de saberes. Perpassa, ainda, a necessidade de criação e popularização de itens biodegradáveis, considerando que boa parte das pessoas que não têm acesso a ferramentas de contenção do fluxo também não possuem saneamento básico ou acesso a programas de coleta de lixo, agravando a situação de vulnerabilidade no que utilizam ferramentas que pioram a poluição do ambiente.

No Brasil, há um caso mundialmente famoso de um absorvente externo biodegradável que custa R\$0,02 centavos, tornando-o 75% mais barato quando comparado às alternativas que circulam no mercado, que custam R\$0,08 centavos em média. O item foi desenvolvido por jovens cientistas do Instituto Federal de Osório/RS (IFRS-Osório), as estudantes Laura Drebes e Camily Pereira, sob orientação da professora e cientista Flávia Twardowki, em 2022. O projeto venceu o Prêmio de Excelência da Suécia (Morél; Simas, 2022) e foi para a Lista Forbes Under 30 (Estudantes [...], 2022), mas ainda não foi patenteadado. Iniciativas como esta, que trazem soluções sustentáveis e de equidade de gênero, só são possíveis através do investimento na educação, na ciência e na possibilidade de menstruantes trilharem seus próprios caminhos rumo à emancipação, além da mercantilização do sangrar.

Considerações finais

A menstruação ocidental possui uma raiz histórica bélica e capitalista, com discursos de liberdade feminina fundamentados na lógica mercantil de enxergar menstruantes como sujeitos (re)produtivos. A midiaticização da menstruação, que impulsiona a sociedade a quebrar os estigmas, também corrobora com a lógica neoliberal que, desde as infâncias, impõe a colonialidade sobre o menstruar aos moldes ocidentais modernos de sociedade.

Compreendemos que, diante do avanço da colonialidade sobre o menstruar, políticas públicas e iniciativas comunitárias que promovam o acesso a produtos e protetores menstruais para contenção do fluxo menstrual – sejam eles descartáveis ou reutilizáveis, internos ou externos, não recicláveis mas preferencialmente ecológicos – são essenciais. Esses itens

de contenção do fluxo são uma necessidade básica para a busca por dignidade menstrual, mesmo que contribuam para a lógica mercantil.

Entretanto, esses itens não são sempre sinônimo de dignidade. Se forem encarados dessa forma, as iniciativas não ultrapassam a superficialidade materialista própria da sociedade ocidental moderna, limitando-se a trazer alternativas assistencialistas que não promovam a emancipação de sujeitos e coletivos de sujeitos. Reduzir a pauta da dignidade menstrual a ferramentas universalizantes de manejo do ciclo, tendo como motivação principal a lucratividade, coloca em segundo plano a autonomia dos sujeitos em narrar suas próprias histórias e desenvolver suas próprias ferramentas e saberes de manejo do ciclo.

Uma correnteza de movimentos – da indústria à academia, da política institucionalizada aos movimentos populares, das propostas anticoloniais ao feminismo liberal – têm colocado esta temática no centro dos debates, a qual era frequentemente desconsiderada como ninharia de mulherzinha. A discussão é particularmente relevante no contexto atual da pobreza menstrual e da ausência de ferramentas para sangrar com dignidade, em que menstruantes, cada vez mais, buscam seu espaço diante de uma sociedade falocêntrica que exige linearidade e que, historicamente, não contempla menstruantes, discutindo sobre a pauta apenas até onde ela gera lucro.

A desmercantilização da menstruação só é possível a partir do entendimento de como este processo histórico que impõe a universalização da menstruação se deu e segue em curso. A dignidade menstrual somente é alcançável mediante a garantia de todos os direitos humanos fundamentais. A emancipação e autonomia dos sujeitos deve ser priorizada, valorizando iniciativas de base comunitária, caso contrário, a pauta seguirá reduzida a “produtos” e “protetores” menstruais, com ações assistencialistas.

Revisora do texto: Marluci Meinhart, Feevale). E-mail: malu.meinhart@gmail.com

Referências

AGUILERA, Raissa Maria Fernandez Nascimento; MARTINS BISNETO, Evandro Borges. O neoliberalismo como impedimento à concretização do quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise sobre a divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 95-117, 2023. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/9713>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H (org.). **La naturaleza colonizada: ecología política e minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ARAUJO, Julio Cezar de. As origens do Kotex, o primeiro absorvente da História. *In: MEGA Curioso. [S. l.], 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/ciencia/118540-as-origens-de-kotex-o-primeiro-absorvente-da-historia.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.*

BELAUNDE, Luísa Elvira. El recuerdo de Luna: género, sangre y memoria entre los pueblos amazónicos. **Revista de Antropología**, San Marcos, Peru, n. 8, p. 129-131, 2021. Disponível em: <https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/antropologia/article/view/19811>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BILGE, Silma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BITTENCOURT, Naiara; JACOBOSKI, Alessandra. Agrotóxicos como arma química: a permanente guerra agrária no Brasil. *In: TERRA de direitos*. Curitiba, 5 dez. 2017. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/artigo-agrotoxicos-como-arma-quimica-a-permanente-guerra-agraria-no-brasil/22695>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Farmácia Popular. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/farmacia-popular>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CETRONE, Camila; TROMBINI, Miguel. Avaliamos a segurança e o conforto das cuecas e calcinhas absorventes. *In: QUEER. [S. l.], 26 jan. 2022. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2022-01-26/cuecas-calcinhas-absorventes-menstruacao-pessoas-trans.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.*

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia**. 4 ed. São Paulo: Ed. 34/1995, 2006.

É tudo verdade: menstruar afeta o cérebro. *In: OLHO na saúde. [S. l.], 12 dez. 2023. Disponível em: <https://olhonasaude.com.br/e-tudo-verdade-menstruar-afeta-o-cerebro/>. Acesso em: 29 jan. 2024.*

ESTUDANTES do campus estão na Lista Forbes Under 30 2022. *In: INSTITUTO Federal do Rio Grande do Sul – Campus Osório*. Osório, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/osorio/estudantes-do-campus-estao-na-lista-forbes-under-30-2022/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

FLEURITY. **[Fotos da linha do tempo - 14/06/2020]**. Extrema, 14 jun. 2020. Facebook: Fleurity. Disponível em: https://www.facebook.com/fleuritybr/posts/pfbid02ztEYRgBnWqtmo4ms6e7otbLCexomEzagS2Wn5Smj46Vpx3bfQVbj2xDCUBumszkl/?locale=en_GB. Acesso em: 20 mar. 2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Pobreza Menstrual no Brasil**: desigualdade e violações de direitos. Brasília, DF: UNICEF; UNFPA, 2021. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

HAUBERT, Mariana. Sobrou até para o absorvente da Marília Pêra. *In*: CONGRESSO em Foco – Uol. São Paulo, 14 dez. 2012. Disponível: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/censuraram-ate-o-absorvente-da-marilia-pera/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

HERSELF. **[Print da loja virtual da Herself – 20/03/2024]**. Disponível em: <https://herself.com.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HOOSIER: Ladies' Sanitary (menstrual) Belt. *In*: MUSEUM of Menstruation and Women's Health. Washington, 2004. Disponível em: <http://www.mum.org/hoosier.htm>. Acesso em: 30 jan. 2024.

KASTRUP, Virginia. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. *In*: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. (org.). **Políticas de cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 156-72.

KOTLER, Jennifer. **Uma breve história dos produtos menstruais modernos**. Tradução Juliana Secchi. *In*: CLUE. São Paulo, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://helloclue.com/pt/artigos/absorventes-e-mais/uma-breve-historia-dos-produtos-menstruais-modernos>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LUGONES, María. Rumo ao Feminismo Decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MENOS absorventes, mais chocolates! *In*: AKATU. São Paulo, 8 maio 2019. Disponível em: <https://akatu.org.br/dica/emissoes-de-carbono-melhor-que-seja-na-producao-de-chocolate-que-na-de-absorventes/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto; ARDTN, Gilmara Joanol; MICHAELSEN, Mariana Vogt; BARBOSA, Luiza Harger. “Como uma garota”: novas regras na publicidade de absorventes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/45585>. Acesso em 31.jan.2024.

MORAES, Ana. Pessoas que menstruam gastam em média R\$ 8.000 em absorventes ao longo de ciclos. *In*: PERIÓDICO. Ponta Grossa, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/2668-coletor-menstrual-e-metodo-alternativo-mais-economico-e-sustentavel#:~:text=Em%20Ponta%20Grossa%2C%20um%20%C3%BAnico,torno%20de%20R%240%2C80>. Acesso em: 19. mar. 2024.

MORÉL, Gabriela; SIMAS, Carine. Destaque mundial: Projeto de absorventes sustentáveis conquista Prêmio de Excelência na Suécia. *In*: INSTITUTO Federal do Rio Grande do Sul – Campus Osório. Osório, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/osorio/destaque-mundial-projeto-de-absorventes-sustentaveis-de-estudantes-do-ifrs-conquista-premio-de-excelencia-na-suecia/>. Acesso em: 21. mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **[Print do Site das Nações Unidas Brasil 20/03/2024]**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OYÈRÓNKÉ, Oyewumi. **A invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PANTYS lança primeira cueca menstrual para homens trans. *In*: PEQUENAS Empresas & Grandes Negócios. São Paulo, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Moda/noticia/2021/06/pantys-lanca-primeira-cueca-menstrual-para-homens-trans.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **Por uma política da narratividade**. *In*: **Passos E, Kastrup V, Escóssia L, organizadores**. Pistas do método cartográfico. Porto Alegre: Sulina; 2009. Pista 8, p.150-71.

PELÚCIO, Larissa. O sangue na rede: mercado menstrual, menstruapps e tecnopolíticas de resistências. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 21 n. 51, p. 95-118, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/91483>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PENTEADO, Claudia. Menstruação: do incômodo ao ativismo. *In*: PROPMARK. São Paulo, 31 maio 2019. Disponível em: <https://propmark.com.br/menstruacao-do-incomodo-ao-ativismo/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

QUEM INVENTOU o absorvente higiênico? *In*: MUNDO Estranho. São Paulo, 18 abr. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-inventou-o-absorvente-higienico>. Acesso em: 16 mar. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Juliana. Complicação rara do uso de absorventes internos – Síndrome do choque tóxico: o que é e como evitar. *In*: JULIANA Ribeiro. São Paulo, 12 out. 2023. Disponível em: <https://www.drajulianatribeiro.com.br/complicacao-rara-do-uso-de-absorventes-internos-sindrome-do-choque-toxico-o-que-e-e-como-evitar>. Acesso em: 16 mar. 2024.

RITA Lee: de 'Gente fina' a 'Cor-de-rosa choque', as histórias das músicas proibidas pela ditadura. *In*: O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 maio 2023.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/noticia/2023/05/rita-lee-de-gente-fina-a-cor-de-rosa-choque-as-historias-das-musicas-proibidas-pela-ditadura.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SANDENBERG, Cecília Maria Bacellar. De Sangrias, Tabus e Poderes: A Menstruação em uma perspectiva sócio-antropológica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 314-344, 1994. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6846>. Acesso em: 12 out. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SOUZA, Maria Gabriela Miranda. **Percepções acerca do uso dos absorventes convencionais descartáveis e absorventes ecológicos de pano**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2022. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2245/1/PERCEP%C3%87%C3%95ES%20ACERCA%20DO%20USO%20DOS%20ABSORVENTES%20CONVENCIONAIS%20DESCART%C3%81VEIS%20E%20ABSORVENTES%20ECOL%C3%93GICOS%20DE%20PANO.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VIERIA, Lula. **Incomodada ficava a sua avó**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

WEBER, Júlia. Os impactos dos absorventes descartáveis para o meio ambiente. *In*: CCNE – Centro de Ciências Naturais e Exatas. Santa Maria, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccne/2023/02/03/os-impactos-dos-absorventes-descartaveis-para-o-meio-ambiente#:~:text=Haja%20vista%20que%2C%20cada%20pessoa,ambiente%20%C3%A9%20uma%20realidade%20insustent%C3%A1vel.&text=Existem%20duas%20op%C3%A7%C3%B5es%20de%20destinos,lix%C3%B5es%E2%80%9D%20ou%20os%20aterros%20sanit%C3%A1rios>. Acesso em: 19 mar. 2024.

WILLIG, Caroline Luiza. **Tá de chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola**. 2021. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2021. Disponível em: biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000043/0000434e.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

WILLIG, Caroline Luiza. Pobreza menstrual: desafios para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) das Nações Unidas no Brasil. *In: ENCONTRO FLORESCENDO GÊNERO*, 1., 2022, Recife. **Caderno de Resumos**. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2022. p. 13. Disponível em: https://2c7b917b-5d80-4e73-814a-63297a1c4f5c.filesusr.com/ugd/af7d1d_3475bdda86884aa78af985f9437c686b.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

WILLIG, Caroline Luiza; SCHMIDT, Saraí. “Privadas”: Uma interpretação interseccional do estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e violações de direitos”. *In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO – INOVAMUNDI*, 2021, Novo Hamburgo. **Anais [...]**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2021. p. 2090-2100. Disponível em: <https://www.feevale.br/s/2021/sitefeevale/SPG/Anais%20SPG%202021.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

WONS, Letícia. **Introduzindo o primeiro produto menstrual que não absorve nada**: coletores menstruais e transformações nas ordens prático-simbólicas da menstruação. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32194>. Acesso em: 4 abr. 2024.

Revisora: Janaína Wazlawick Müller
E-mail: janainaw@feevale.br